



*Iniciativa da CNI - Confederação
Nacional da Indústria*

Educação para o Mundo do Trabalho

Sumário Executivo

**Brasília
2013**

©_2013. CNI – Confederação Nacional da Indústria.

Qualquer parte desta obra poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte.

CNI

Unidade de Estudos e Prospecção – UNIEPRO

FICHA CATALOGRÁFICA

C748e

Confederação Nacional da Indústria.

Educação para o mundo do trabalho : sumário executivo. – Brasília : CNI,
2013.

22 p. : il.

1. Sistema Educacional. 2. Trabalho. I. Título.

CDU: 37

CNI

Confederação Nacional da
Indústria

Setor Bancário Norte

Quadra 1 – Bloco C

Edifício Roberto Simonsen

70040-903 – Brasília – DF

Tel.: (61) 3317- 9000

Fax: (61) 3317- 9994

<http://www.cni.org.br>

Serviço de Atendimento ao Cliente - SAC

Tels.: (61) 3317-9989 / 3317-9992

sac@cni.org.br

Educação para o mundo do Trabalho

**Sumário
Executivo**





Sumário Executivo

Sumário

APRESENTAÇÃO	9
ALGUMAS CONSTATAÇÕES BÁSICAS	10
PRESENTE E FUTURO NA INDÚSTRIA BRASILEIRA.....	11
QUALIDADE DA APRENDIZAGEM ESCOLAR	14
O QUE FAZER, PARA ALÉM DO QUE JÁ ESTÁ SENDO FEITO?.....	15
COMO ENCAMINHAR SOLUÇÕES PARA OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA?	17
PROPOSTA DE AGENDA PERMANENTE	19





APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta uma proposta de **Educação para o Mundo do Trabalho**. Ele é resultado de um esforço sistemático, promovido pela CNI com a participação de especialistas em educação, para realizar um diagnóstico dos principais desafios de qualidade do sistema educacional brasileiro. Além disso, propõe ações que promovam o seu desenvolvimento, tendo como eixo principal a aproximação da educação do jovem ao mundo do trabalho, indispensável para a qualificação do sistema produtivo e para a competitividade da indústria brasileira no panorama internacional.

Trata-se de um convite à ação, para que se definam estratégias comuns, envolvendo o mundo empresarial, a comunidade educativa e os poderes públicos, com propostas educacionais concretas, que promovam, com qualidade e urgência, a educação para o mundo do trabalho.

Aqui se encontram sugestões que buscam oferecer, ao lado de medidas de longo prazo – muitas já em curso – soluções concretas e eficazes, que produzam impactos e resultados mais imediatos em algumas dimensões qualitativas da educação e que repercutam positivamente no setor industrial do país.



ALGUMAS CONSTATAÇÕES BÁSICAS

Existe um consenso de que o nível educacional da população, especialmente daqueles inseridos no mercado de trabalho, é um dos principais fatores que estimulam ou entram a modernização e a competitividade dos diversos setores econômicos.

A indústria brasileira, ao longo do tempo, tem percebido que, para avançar nesse cenário, é necessário promover um decisivo salto na qualidade da educação escolar básica, sobretudo em questões centrais, como domínio da língua portuguesa, matemática e ciências.

As novas tecnologias produtivas requerem do trabalhador domínio de conhecimentos e de habilidades que se adquirem por meio de uma adequada educação básica, à qual se associa, quando necessária, qualificação profissional específica.

O mercado exige que o profissional interprete desafios e novas situações, estando preparado para calcular, avaliar e discernir riscos, para corrigir fazeres e antecipar escolhas, com o objetivo de enfrentar e responder a novos desafios para criar e inovar, aprendendo a conviver com o incerto e o inusitado.

O novo mundo do trabalho pede que o indivíduo esteja preparado para atuar em situações planejadas e não planejadas, dando respostas adequadas à complexidade da tarefa apresentada, contribuindo significativamente para a garantia dos resultados demandados.

A empresa moderna busca profissionais que tenham bom senso, lógica de raciocínio, competência para se comunicar, que sejam capazes de aprender continuamente, preparados para trabalhar em grupo e que conheçam bem o seu ofício.

Enfim, a educação é a base do processo da formação de profissionais qualificados. Além de garantir igualdade de oportunidades para todos os brasileiros, uma educação básica e profissional de qualidade – que seja capaz de desenvolver um conjunto de habilidades das mais simples às mais complexas – é requisito indispensável para o aprendizado de uma profissão, de um trabalho e, por isso, imprescindível para a própria competitividade da indústria brasileira.

PRESENTE E FUTURO NA INDÚSTRIA BRASILEIRA

O Brasil não está bem situado no campo da competitividade global. O Relatório de 2012/2013 relativo a esse tema, organizado pelo World Economic Forum, mostra que, apesar de uma ligeira melhora nos últimos anos, da 64^a para a 48^a posição, o Brasil ainda ocupa patamar pouco favorável em um conjunto de 144 países estudados. Falta muito para chegar ao nível da China, que ocupa a 29^a posição ou do Chile (33^a), por exemplo.

Ao desagregar os componentes da competitividade, o relatório evidencia que a maior fragilidade do Brasil está na precária qualidade da educação. No que se refere à qualidade do ensino fundamental, entre os países estudados, o Brasil ocupa a 126^a posição. Na qualidade do sistema de ensino médio e superior e de treinamento, a posição é a 116^a. Esse quadro certamente tem reflexos danosos na produtividade.

A indústria brasileira se ressentiu do preparo dos candidatos aos postos de trabalho. A causa fundamental é a qualidade da formação básica oferecida pela educação escolar. Pesquisa realizada pela CNI em 2011 aponta que a falta de trabalhador qualificado afeta dois terços da indústria, atingindo todas as áreas e categorias profissionais, com maior intensidade a área de produção, sobretudo operadores e técnicos. A Pesquisa Sobre Escassez de





Talentos (*ManpowerGroup*), realizada em 2012 junto a empregadores, indica como razão mais citada a ausência de competências técnicas, isto é, a falta de qualificação específica ou para o exercício de profissões de ofício.

É considerável o conseqüente impacto negativo na competitividade da indústria. Embora muitas empresas (78%) tenham assumido e investido na formação desses trabalhadores, 52% apontam como maior obstáculo para a qualificação dos trabalhadores as deficiências originárias da educação escolar básica. De fato, a indústria encontra dificuldades para treinar seus funcionários ou encaminhá-los para cursos profissionalizantes, dado que eles não têm uma boa base na sua formação inicial.

No entanto, na composição da força de trabalho industrial, no período 2005-2010, elevou-se significativamente a participação daqueles que possuem ensino médio (de 40% para 49%), reduzindo-se conseqüentemente a proporção dos que possuem até o ensino fundamental (de 51% para 41%). A participação daqueles com formação superior permaneceu praticamente estável (de 9% para 10%).

Esse aumento de escolaridade, contudo, não se reflete necessariamente em aumento de produtividade, pois não está sendo acompanhado por mudanças tecnológicas e na estrutura de qualificações da indústria. Essa estrutura, na indústria extrativa, transformação e construção civil, examinada a partir da natureza das ocupações dos trabalhadores, é praticamente constante desde 2003: pouco mais de 61% de ocupações de baixa qualificação; 33% de média qualificação; pouco menos de 6% de alta qualificação. Esse perfil certamente tem contribuído para inibir a introdução de inovações tecnológicas, reduzir o valor agregado dos produtos e a produtividade.

Por outro lado, faz sentido supor que as empresas passaram a exigir um nível mais elevado de escolaridade (sobretudo ao insuficiente rendimento escolar em língua portuguesa e matemática) para ocupar uma vaga que era preenchida anteriormente por um trabalhador com menor nível de escolaridade. Os reduzidos índices de desempenho dos jovens no ensino médio, contudo, consti-

tuem obstáculo adicional. Mesmo aqueles que atingem esse nível de escolaridade também não detêm o desejável domínio da leitura, escrita e do cálculo. Evidentemente a equação da melhoria da qualidade do ensino passa pelo aumento da proficiência em português, matemática e ciências da natureza.

Como a taxa de crescimento da demanda por trabalhadores qualificados tende a ser maior que a dos menos qualificados, deverá ocorrer uma modificação da estrutura de qualificação da indústria. Para isso, será necessária uma ampliação da oferta de formação de trabalhadores mais qualificados, além da elevação do nível de escolaridade dos trabalhadores empregados na indústria. A conjugação desses dois fatores contribuirá para promover a competitividade da indústria.

De fato, a ampla difusão de novas tecnologias, transversais e específicas, adaptadas aos diversos setores industriais, impacta o perfil dos profissionais de nível superior, médio e operacional, requerendo, cada vez mais, investimentos e soluções efetivas na capacitação e na formação da força de trabalho brasileira, baseadas em uma educação básica de qualidade. O desenvolvimento e incorporação de novas tecnologias pelas empresas não podem ser dificultados ou impedidos pela falta de mão de obra qualificada.

Esses profissionais deverão aliar qualificações técnicas e gerenciais, quase na mesma intensidade. A crescente complexidade das tecnologias aumentará a necessidade de conhecimentos científicos. Sua inserção no mercado irá requerer mudanças na organização da produção e na comercialização, gerando situações mais complexas e tempos de resposta menores.

Haverá aumento da importância de profissionais que possuam visão sistêmica do fluxo produtivo e das atividades de gerenciamento para profissionais da área técnica. Essa situação fará com que esses profissionais detenham determinadas qualificações chave em seu perfil profissional.

Fica claro, portanto, que essas mudanças dependem em boa parte da melhoria da qualidade da educação básica do trabalhador, a seguir comentada.





QUALIDADE DA APRENDIZAGEM ESCOLAR

Se houve avanços nas últimas décadas, como a universalização do ensino fundamental e a expansão da oferta da educação pré-escolar e do ensino médio, a educação escolar nacional ainda se encontra distante de assegurar padrões desejáveis de aprendizagem às crianças, aos jovens e aos adultos.

Observa-se a persistência de um panorama ainda excludente. O atual quadro educacional revela que:

Há 3,6 milhões de crianças e jovens entre 4 e 17 anos fora da escola, majoritariamente situados nas regiões Sudeste (33%) e Nordeste (29%), as duas mais populosas do país;

Da população de 15 anos ou mais de idade, cerca de 9,7% são analfabetos plenos, ou seja, 14 milhões de brasileiros não sabem ler ou escrever. O analfabetismo funcional, em 2011/2012, atingia 27% da população entre 15 e 64 anos de idade. Quase 75% das pessoas nessa faixa etária não são plenamente alfabetizadas e, portanto, não conseguem ler, escrever e calcular corretamente; 38% dos alunos frequentando a educação superior demonstraram não ser plenamente alfabetizados;

No ensino médio, menos de um terço dos estudantes conseguem alcançar nível de desempenho adequado em língua portuguesa. Em matemática, o indicador é mais preocupante, atingindo apenas a proporção de 11%;

Muitos alunos ficam pelo caminho ao longo da educação básica. Apenas 64,9% dos estudantes concluem o 9º ano do ensino fundamental com até 16 anos de idade; já com até 19 anos de idade, somente 51,1% chegam a cursar o 3º ano do ensino médio;

O Brasil ocupa a 53ª posição, entre 65 países, nos resultados obtidos no Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), organizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que afere o desempenho de estudantes de 15 ou mais anos de idade em leitura, matemática e ciências.

Esses indicadores evidenciam que o mais grave problema da educação escolar brasileira é o nível de aprendizagem alcançado pelos estudantes. O fato de o Brasil ainda estar longe do padrão educacional oferecido pelos países que estão no topo mundial da qualidade impacta diretamente não só sua competitividade e produtividade, mas também a distância que separa o seu Produto Interno Bruto (PIB) de seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Se, com relação ao PIB, o país ocupa a 7ª posição no cenário internacional, o quadro é bem diferente quanto ao IDH: 84ª posição.

A qualidade da educação básica, portanto, é tema do mais alto interesse para a indústria brasileira.

O QUE FAZER, PARA ALÉM DO QUE JÁ ESTÁ SENDO FEITO?

Nos últimos anos, a CNI tem liderado, apoiado e acompanhado a mobilização de protagonistas expressivos da sociedade civil que desenvolvem ações de responsabilidade social, visando a melhoria da qualidade da educação no país. Casos exitosos, como os da Fundação Roberto Marinho, Fundação Victor Civita, Instituto Ayrton Senna, Fundação Itaú Social, Fundação Bradesco, Fundação Brava, Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, Fundação Lemann, dentre tantos outros, revelam o compromisso do mundo empresarial com a elevação dos padrões educacionais da população brasileira.





Em 2006, uma parcela significativa do empresariado industrial, com a participação de diversas entidades já mencionadas, fundou ou contribuiu para a criação do movimento “Todos Pela Educação” (www.todospelaeducacao.org.br), com a missão de mobilizar o país para promover uma educação de qualidade para todos, com foco na educação básica regular.

A CNI vem, há tempos, debatendo e monitorando os dados do mercado e da educação e construindo ferramentas, como o Mapa do Trabalho Industrial, dentre outras, para analisar com profundidade o problema. Em 1993, lançou o documento “Educação Básica e Formação Profissional”. Em 2007, por meio do documento “Educação Para a Nova Indústria”, fez novo chamado aos empresários, alertando para a necessidade de se colocar em pauta a falta de qualidade da educação básica no Brasil e o seu impacto na competitividade de uma nova indústria.

A CNI subscreve na integralidade as agendas de instituições, associações e movimentos que atuam pela melhoria da qualidade da educação escolar brasileira, e quer participar ainda mais ativamente, estimulando ações consideradas fundamentais que, de modo mais imediato, promovam o salto de qualidade da educação, essencial para a indústria e para o país. Além disso, promover ações especialmente voltadas para um público específico: aqueles que estão em fase de ingressar no mercado de trabalho ou que nele já se encontram atuando, mas com nível de escolarização aquém do desejável.

É preciso agir, no tempo presente, para definir, em conjunto, uma estratégia comum com propostas educacionais concretas, a curto, médio e longo prazos, que visem a **Educação Para o Mundo do Trabalho**. É preciso mobilizar governos, empresas, associações, movimentos, escolas e famílias em torno de uma agenda que promova impactos efetivos na qualidade do perfil de formação do estudante brasileiro de educação básica e daqueles que, já fora da escola, necessitam integrar-se ao mercado de trabalho.

COMO ENCAMINHAR SOLUÇÕES PARA OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA?

Há ações de longo, médio e curto prazo. Entre aquelas que são estruturantes e demandam mais tempo, encontram-se:



Mudanças curriculares: promoção da qualidade do ensino fundamental; modificação do modelo de ensino, com muitas disciplinas obrigatórias; mudança de concepção do ensino médio, reduzindo o peso e número de disciplinas acadêmicas e diversificando os cursos – profissionalizantes ou não – para permitir currículos mais interessantes e saídas mais ajustadas ao mercado de trabalho, cada vez mais flexível.



Formação e valorização do professor: maior atratividade da carreira, em termos de remuneração e condições de trabalho, para qualificar a demanda dos que se dispõem a exercer o magistério e reduzir a rotatividade; mais qualidade nos cursos de formação inicial e nos programas de formação continuada; solução para a carência de professores em disciplinas básicas, como matemática, física, química e biologia. Chile, Finlândia, Coreia do Sul e China deram um grande salto educacional a partir de reformas educacionais em que a formação dos professores foi privilegiada.





Participação da família: estímulo às famílias para que exerçam força de pressão pela melhor qualidade da educação; mobilizá-las por essa demanda, de forma que a educação ganhe de fato a prioridade governamental; conscientização para que elas cumpram com suas responsabilidades indelegáveis perante a educação de seus filhos, especialmente no acompanhamento escolar.



Gestão da escola: promoção da melhoria do perfil dos gestores escolares, cuja atuação é um dos determinantes mais importantes do sucesso escolar; estímulo e valorização da liderança motivadora que, fundamentada em sólidos conhecimentos técnicos, constitui fator básico de estímulo ao trabalho da comunidade escolar.



Infraestrutura escolar: eliminação da heterogeneidade na infraestrutura das escolas; garantia de disponibilidade de insumos fundamentais para o processo ensino-aprendizagem.



Educação técnica e profissional: importância da diversificação dos itinerários formativos, especialmente da formação técnica de nível médio e a qualificação permanente dos jovens e adultos que alcançam esse nível de formação; ampliação da oferta da educação profissional; reforço da atuação do SENAI, inclusive em parcerias.



Financiamento: elevação dos investimentos por aluno ao ano na educação básica, que ainda se encontram em patamares muito inferiores aos dos países desenvolvidos (cerca de um terço ou menos do observado na média da OCDE).



Essas são ações estruturantes fundamentais, cuja implementação é indispensável para garantir, ao longo do tempo, a educação básica de qualidade. Seu impacto, porém, se projeta para o futuro. Há, contudo, necessidade de ações mais imediatas, que beneficiem a juventude que hoje se encontra em vias de concluir o ensino médio ou, já o tendo feito ou abandonado, está para ingressar no mercado de trabalho. Esse é o contingente de pessoas dentro do qual a indústria irá recrutar seus trabalhadores, no momento presente e seguintes, em uma fase em que é decisivo um salto para elevar sua competitividade.

Há ações de curto prazo que podem e devem ser promovidas, com efeitos altamente positivos sobre o nível de qualificação do jovem brasileiro, sua empregabilidade e a competitividade da indústria nacional.

Esta é a proposta: a definição de uma agenda permanente de ações que mobilizem a indústria, os poderes públicos, as escolas, as associações, a imprensa, as famílias e a sociedade civil em geral, em benefício de uma educação de qualidade para uma economia moderna, competitiva e inclusiva.

PROPOSTA DE AGENDA PERMANENTE

Para agregar em torno de um mesmo objetivo e harmonizar formas de atuação, cabe propor um conceito e uma estratégia básica para a **Educação para o Mundo do Trabalho**.

Conceito

Educação para o Mundo do Trabalho é aquela que oferece ao jovem conhecimentos, competências e habilidades indispensáveis ao seu desenvolvimento pessoal, como cidadão e como agente produtivo.





Estratégia

Mobilizar empresários, governos, sociedade civil e pais de alunos por meio de uma agenda permanente de ações, que apresentem resultados de curto prazo (em ciclos de 12 a 24 meses) e contribuam para a qualidade da educação voltada para o mundo do trabalho.

Agenda

A CNI pretende construir, em conjunto com a sociedade civil e com os poderes públicos, uma agenda específica de trabalho com foco em ações que gerem resultados em curto prazo. Ações que produzam efeitos mais imediatos (em período de 1 a 2 anos) de melhoria do perfil educacional dos jovens, de modo que esses se integrem mais adequadamente ao mundo do trabalho e, desse modo, a indústria conte com profissionais com melhor nível de escolarização básica, especialmente no domínio da língua portuguesa e dos conhecimentos matemáticos. Há espaços para atuação que podem ser contemplados menos por meio da alocação de novos recursos do que pelo uso mais eficiente dos recursos já existentes.

A curto prazo, propõe-se que a ênfase se situe na melhoria da proficiência em português e matemática daqueles que estão na fase de transição escola-trabalho (jovens entre 18 e 24 anos) e dos trabalhadores atualmente empregados na indústria. Dependendo da situação do jovem e da indústria local, é possível contemplar também algumas competências genéricas, como raciocínio lógico e algumas competências comportamentais. Além disso, é necessário ampliar a oferta de educação profissional de média e alta qualificação. Define-se assim um público a ser prioritariamente atendido.

Público-alvo

O programa pretende, portanto, desenvolver ações com resultados de curto prazo destinadas a elevar a escolaridade e a qualificação de:



Trabalhadores atualmente empregados na indústria que não possuem o ensino médio: 5,6 milhões, dos quais 81 mil são anal-fabetos; 2,6 milhões possuem ensino fundamental incompleto; 1,8 milhões possuem ensino fundamental completo e 1,1 milhões possuem ensino médio incompleto.



Jovens que estão cursando o ensino médio: 8,7 milhões de estudantes.



Jovens de 18 a 24 anos de idade que possuem ensino médio completo ou incompleto, mas que se encontram fora da escola e do mercado de trabalho: 2,1 milhões de pessoas.

Linhas de ação e a construção coletiva da agenda

A construção de uma agenda nacional e suas linhas de ação envolverá a realização de 27 encontros estaduais, nos quais, por meio de palestras de sensibilização, se buscará obter a adesão formal dos parceiros locais ao programa e discutidas as ações a serem desenvolvidas. Os seguintes atores são considerados nesses eventos: empresa, família, governo, trabalhador, escola, professor, gestor escolar, jovem e mídia.

Espera-se que as linhas de ações contemplem a melhoria do desempenho dos jovens e dos trabalhadores em língua portuguesa e matemática; a ampliação dos compromissos da comunidade escolar, das famílias e da sociedade em geral com a qualidade da educação; a valorização social dos profissionais do magistério; a articulação entre empresas e escolas, entre outras. A proposta de linhas de ações para discussão nos encontros está em documento anexo.

Um conjunto dos atores locais e dos parceiros nacionais será convidado a participar de um evento nacional, de ampla reper-





cussão, que lançará o movimento da **Educação para o Mundo do Trabalho**.

Nesse encontro também serão anunciados os critérios que tornarão elegíveis os atores a serem premiados em 2014, por terem se destacado no desenvolvimento de ações de acordo com as linhas estabelecidas.

O caráter permanente do movimento será assegurado pelo acompanhamento das ações dos atores locais pelos representantes regionais do SESI, SENAI e IEL, que passarão a conformar uma rede interna de **Educação para o Mundo do Trabalho**.

CNI

Unidade de Estudos e Prospecção – UNIEPRO

Luiz Antonio Cruz Caruso

Gerente-Executivo

Ana Luiza Snoeck Neiva do Amaral

Hydnéa Ponciano Domingueti Barreto

Equipe Técnica

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO – DIRCOM

Carlos Alberto Barreiros

Diretor de Comunicação

Gerência Executiva de Publicidade e Propaganda – GEXPP

Carla Cristine Gonçalves de Souza

Gerente Executiva

Armando Uema

Produção Editorial

DIRETORIA DE SERVIÇOS CORPORATIVOS – DSC

Área de Administração, Documentação e Informação – ADINF

Maurício Vasconcelos de Carvalho

Gerente-Executivo

Gerência de Documentação e Informação – GEDIN

Mara Lucia Gomes

Gerente de Documentação e Informação

Alberto Nemoto Yamaguti

Normalização

Ricardo Chaves de R. Martins

Consultor

Editorar Multimídia

Revisão Gramatical

Editorar Multimídia

Projeto Gráfico e Diagramação

